

24/2/1985

Greves começam a testar em março o novo Governo

São Paulo — A posse do novo Governo, em março, coincide com o período de campanhas salariais de trabalhadores em São Paulo e que pode provocar greves, principalmente no interior, nos próximos três meses. Em março, 12 mil 200 portuários de Santos ameaçam parar; em abril, estará no auge a campanha dos 260 mil metalúrgicos do ABC e de mais cinco cidades. As lideranças sindicais dos bóias-frias da região de Ribeirão Preto também admitem greves.

A possibilidade de paralisação existe entre os 130 mil bancários da capital e de Campinas e pode se estender a outras áreas do país em junho. Novos movimentos reivindicatórios deverão atingir nos próximos meses os 200 mil professores secundários de São Paulo e 10 mil funcionários dos Correios da capital.

Expectativa

O presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), ligado do PT, Jair Meneguelli, também presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, acredita que poderão ocorrer ainda neste semestre movimentos reivindicatórios e até paralisações entre os sapateiros de São Leopoldo e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e entre os 25 mil sapateiros de Franca, no interior paulista. A Secretaria do Trabalho de São Paulo está preocupada com os 8 mil empregados nas empresas de transporte coletivos da região do ABC.

— Acho que haverá muitos movimentos grevistas nos próximos meses. Por mais que se possa entender que o futuro Governo terá uma série de dificuldades e que não será possível uma transformação imediata, não dá pra tirar de uma hora para outra a expectativa de mudança da população. Os trabalhadores esperam mudanças, senão profundas, ao menos significativas. Se esta expectativa se frustrar, as greves vão pipocar por todo o país — afirmou Jair Meneguelli.

Várias tendências

As ameaças de greve nas primeiras semanas após a posse de Tancredo Neves partem de líderes sindicais de várias tendências políticas. A maior expectativa concentra-se na região do ABC, onde os metalúrgicos estão em campanha salarial com data-base a 1º de abril. Apenas no ABC, a greve poderá atingir 155 mil trabalhadores: 110 mil em São Bernardo, onde está a maior parte da indústria automobilística, 35 mil em Santo André e 10 mil na unidade da General Motors, em São Caetano do Sul.

Os sindicatos de metalúrgicos de São Bernardo e Santo André são liderados por dirigentes vinculados ao PT e à CUT. Em São Caetano, o sindicato não tem apoio do PT, mas líderes vinculados ao partido conseguiram, no final do ano passado, instituir uma comissão informal de trabalhadores na General Motors. Essa comissão, embora sem apoio do sindicato local, será favorável a uma greve, se esta for deflagrada em São Bernardo.

Os metalúrgicos independentes do ABC têm apoio dos sindicatos em Sorocaba, Campinas, São José dos Campos, Itu e Limeira, no interior, e que representam mais 105 mil trabalhadores. Esses sindicatos, nos últimos dois anos, passaram a ser liderados por dirigentes vinculados ao PT e à CUT e formam, com o ABC, um bloco sindical independente da conservadora Federação Estadual da Categoria (que representa os demais sindicatos de metalúrgicos do interior paulista).

Um desses novos dirigentes é Durval Carvalho, do sindicato de Campinas, que assumiu o cargo em agosto último com apoio do PT e da CUT. Ele observou, na semana passada, que "por enquanto ainda não há clima de greve" entre os 45 mil metalúrgicos campineiros, mas advertiu: "A reação dos trabalhadores será sempre possível se houver impasse nas negociações."

A possibilidade de greve no ABC já foi admitida pelo vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, Jaci Mendonça, também diretor da Volkswagen do Brasil. A mobilização na região tem se intensificado nos últimos dias com panfletos e comícios em porta de fábricas, muitos dos quais com a presença de Luís Inácio da Silva, o Lula, presidente do PT e diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.

Riscos

A greve poderá ser muito mais violenta se ocorrer entre os bóias-frias do interior do estado, em função dos resultados das negociações sobre as futuras safras da cana e da laranja. Estas negociações começarão no próximo dia 28 e devem durar algumas semanas. Se houver impasse nas negociações com a Federação da Agricultura do Estado, a tensão aumentará especialmente no início de maio, isto é, no pico da safra de cana da região de Ribeirão Preto, e da laranja, na área de Bebedouro.

Violência policial, saques e depredações marcaram a greve dos bóias-frias da região de Ribeirão Preto em maio último e no início deste ano. A mobilização é maior entre os 5 mil bóias-frias de Guariba, onde o sindicato é liberado pelo PT, através de José de Fátima Soares, um dirigente que há duas semanas escapou com vida de um atentado a bala. Em Guariba, o sindicato é apoiado pelo coordenador local da Pastoral da Terra, Padre José Bragetto.

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de São Paulo, Roberto Horiguti — um dirigente moderado — já avisou, na semana passada, que é grande o risco de greve em maio na região de Ribeirão Preto, onde trabalham 150 mil bóias-frias. Segundo ele, a greve poderá atingir também princípios como Araraquara, Sertãozinho e até Ribeirão Preto.

— Para haver um entendimento nas próximas negociações, é preciso que haja o compromisso de que os produtores cumprirão os acordos anteriores, o que poucos estão fazendo. Senão, não adianta insistir num acordo futuro. Pode haver, sim, nova greve na região de Ribeirão Preto. É uma questão de sobrevivência pra o trabalhador rural — disse Horiguti.

Laranja

Além dos bóias-frias da cana, a mobilização já atinge os trabalhadores rurais apanhadores de laranja, principalmente de Bebedouro, município próximo a Guariba. Em maio passado, quando houve greve em Guariba, a movimentação sindical atingiu rapidamente Bebedouro, onde 10 mil apanhadores de laranja pararam o trabalho. O pico da safra das duas culturas é na mesma época — início de maio — o que poderá aumentar a tensão na região.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bebedouro, José Nunes do Nascimento, afirmou, na semana passada, que uma greve de apanhadores de laranja em sua cidade terá automaticamente apoio dos bóias-frias de Barretos, a 40 quilômetros de distância. A exemplo de Horiguti, Nascimento é um dirigente que não apóia a CUT petista e é até hostil às tentativas de penetração desta entidade entre os bóias-frias.

Além da cana e da laranja, a cultura de algodão poderá ser afetada por movimentos grevistas nas próximas semanas. Na região de Jaboticabal (10 mil bóias-frias) houve greves na semana retrasada que se poderão repetir na região vizinha de Ituverava e Guará. Segundo Roberto

Horiguti, poderá haver greve dos apanhadores de algodão de Santa Fé do Sul, na fronteira com Mato Grosso, ainda durante esta semana.

Calçados

Em Franca, maior centro exportador de calçados do país, novas greves isoladas por fábrica poderão ocorrer entre os 25 mil sapateiros, que desde o ano passado são liderados por Fábio Cândido da Silva, com apoio do PT e da CUT. Cândido da Silva comandou, no início deste mês, a primeira greve dos sapateiros da história de Franca e que resultou em depredações e confrontos com a polícia.

Além de Franca, poderão ocorrer greves entre os sapateiros de São Leopoldo e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, segundo Jair Meneguelli. A situação econômica, diz ele, torna os surtos grevistas de difícil controle:

— Hoje, dirigente sindical que quiser segurar uma greve será atropelado pelos trabalhadores. Aqui, em São Bernardo, muitas greves ocorrem por iniciativa direta dos trabalhadores, sem participação do sindicato — afirmou o presidente da CUT.

Em São Paulo, os bancários, depois de 19 meses de intervenção do Ministério do Trabalho, voltaram a ser presididos por uma direção sindical ligada ao PT. Já no início de março, a categoria em São Paulo (110 mil) e em Campinas (20 mil) deverá lançar uma campanha pelo reajuste trimestral, disse o diretor do sindicato Gilmar Carneiro dos Santos, também membro da executiva nacional da CUT. Ele considera improvável uma greve em março, mas acha que "ela poderá ocorrer em junho", com apoio de outros Estados (há 700 mil bancários em todo o país).

Segundo Gilmar, as próximas semanas registrarão também o início de uma mobilização, inédita em 20 anos, dos funcionários dos Correios da capital paulista (quase 10 mil). Uma manifestação desses funcionários já foi marcada para amanhã, no Centro da cidade.

— Será uma manifestação por melhores condições de trabalho. Com a mudança do Governo, os funcionários dos Correios estão se sentindo mais à vontade para reivindicar. Até então, os Correios sempre foram dominados pelos coronéis das áreas de informação — comentou Gilmar.

Santos

Em Santos, no litoral paulista, há expectativa de greve dos trabalhadores no Porto de Santos, o maior do país. A situação está se tornando tensa na região, pelo fato de a data-base da categoria (1º de janeiro) já ter sido ultrapassada. Os portuários querem aumento de produtividade e já encaminharam uma pauta à Codesp (Companhia Docas do Estado de São Paulo), que administra o porto.

Há cinco sindicatos envolvidos na negociação: administração portuária (3 mil 200 empregados), operários do porto (6 mil), motoristas de guindastes (1 mil 500), condutores de veículos (400) e desenhistas (100). O movimento tem apoio da Unidade Portuária, uma articulação sindical com forte influência no Partido Comunista Brasileiro, que tem em Santos sua principal base sindical.

Segundo Uriel Vilas-Boas, presidente da Unidade Sindical de Santos (que reúne cerca de 25 sindicatos), poderá haver greve no porto porque a mobilização deste ano é parecida com aquela que paralisou toda a categoria em 1980. Mas Vilas-Boas acrescenta:

— Os portuários não farão greve pela greve e estão dispostos a negociar.

A categoria entregou uma pauta de reivindicações, há duas semanas, ao Secretário do Trabalho paulista, Almir Pazzianotto, com um pedido de intermediação nas negociações.

Segundo Vilas-Boas, o secretário paulista — provável Ministro do Trabalho — já está se movimentando e deverá intermediar um acordo entre os portuários e a Codesp. Vilas-Boas lembrou que Pazzianotto, como advogado sindical, intermediou um acordo que encerrou a greve dos portuários em 1980.

(Página 7)